

PROJETOS DE PESQUISA EM BIOSSEGURANÇA PARA ATENDER AO PROTOCOLO DE  
CARTAGENA - IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS

DEISE MARIA FONTANA CAPALBO

EMBRAPA MEIO AMBIENTE

deise.capalbo@embrapa.br

Os organismos geneticamente modificados (OGM) vêm sendo adotados amplamente por um número cada vez maior de países para diferentes aplicações. No Brasil, há um arcabouço legal estabelecido desde 1995 e revisto em 2005. O órgão competente para analisar a biossegurança dos OGM é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, cujas normas referentes a ações desde a pesquisa até sua liberação comercial, vem sendo aplicadas pelas instituições públicas e privadas. A CTNBio pauta-se pelos princípios de transparência, pela tomada de decisão caso-a-caso com base na melhor ciência e também se guia pelo princípio da precaução. Sua estrutura, atuação e tomada de decisão são coerentes com protocolos internacionais sobre o tema dos OGM, em especial o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, dando assim suficiente embasamento para estudo, uso e comercialização dos OGM no Brasil e no exterior.

Ao longo desse histórico da biossegurança a pesquisa sempre esteve presente: no estabelecimento da CTNBio; no atendimento às regulamentações; até a oferta de pessoal capacitado e dados científicos para a tomada de decisão.

Entre as muitas experiências existentes no país, fiz parte de algumas equipes de pesquisa que atuaram: na busca por respostas às questões básicas em análise de risco e biossegurança dos OGM desenvolvidos no Brasil - estudos ambientais e de segurança alimentar; na construção de bases comuns para estudos de impactos ambientais e socioeconômicos em vários países, em especial os megadiversos; além de estudar o tema da percepção pública e comunicação.

Os resultados obtidos nesses projetos nacionais e internacionais permitiram não apenas embasar propostas de liberação comercial como também oferecer, na forma de publicações e cursos, alguma metodologia além de reflexões sobre como garantir o rigor científico em estudos novos do ponto de vista nacional, regional ou mesmo internacional, já que quando se pensa num novo OGM, o seu mercado precisa ser contemplado, desde o princípio, nesses estudos.

Os aspectos da percepção pública e comunicação também foram abordados em diferentes formatos (manual para "Formulação do problema", painel de "stakeholders"; questionários online; entrevistas semi estruturadas; entre outros). Geraram resultados interessantes para que se execute a comunicação com maior e melhor propriedade segundo os grupos de interesse envolvidos.

Uma experiência em especial foi realizada por quatro países da América Latina no contexto do projeto LAC Biosafety que associou, pela primeira vez que se tenha notícia pesquisa de impactos ambientais e comunicação com o público num mesmo projeto. A demanda do

público consultado, no contexto desse projeto, resultou na preparação e oferta de folders, cursos, capacitação e mesmo programas de TV e rádio. Entre as capacitações, aquelas voltadas para profissionais da comunicação buscaram estimular a cultura científica - processo de empoderamento do público leigo de forma que ele possa obter informações credíveis sobre os OGM, facilitando a tomada de decisão pessoal e em nível da sociedade (nos seus diversos formatos).

Todas as experiências e resultados alcançados nesses projetos de pesquisa tiveram seus impactos, sendo o mais interessante deles, a possibilidade de multiplicar a experiência, adaptá-la e expandi-la para outros países. Esse é o caso mais recente em que numa cooperação Sul-Sul (Quênia, Uganda e Brasil) que conta com o financiamento da plataforma Agricultural Innovation MKTPlace está sendo finalizado um projeto que tem o objetivo de organizar a comunicação da biotecnologia para construir confiança na segurança dos OGM nos países africanos. Pelo compartilhamento das experiências do Brasil (erros e acertos) com aqueles países, se prevê que eles possam avançar nas decisões sobre os OGM segundo seus próprios princípios e anseios, mas não perdendo de vista a ciência que dá base para avançar com segurança. Essa foi uma das lições que aprendemos ao longo dos nossos trabalhos - a cooperação entre grupos de pesquisa técnico-científica e os grupos dos comunicadores é ponto chave para uma comunicação eficiente da melhor ciência disponível.

Tendo à frente as novas tecnologias de modificação genética que já estão sendo utilizadas, como as técnicas de RNAi, nucleases sítio dirigidas e cisgenia, por exemplo, a pesquisa precisa estudar os possíveis impactos dessas técnicas, vislumbrando os processos regulatórios a que seus derivados estarão submetidos. As primeiras regulamentações foram estabelecidas quando a maioria dos eventos eram plantas que expressavam características de tolerância a herbicidas e resistência ao ataque de insetos. Mas, com as novas ferramentas podem ser necessários ajustes ou reformulações das normativas para garantir a segurança para os novos eventos.

O Brasil tem uma grande oportunidade de liderar a utilização dos OGM em sua produção agrícola, nas suas opções de energia e outros mercados, como as questões do clima, biomassa, para os quais os OGM são aplicáveis. Certezas legais traduzidas em processos regulatórios acurados, eficientes e baseados na melhor ciência são a chave para desenvolver esse potencial.